

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA  
DE FERTILIZANTES

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2023

# CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2023

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes  
Camaçari - BA

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards - IFRS"*), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

---

Principal assunto de auditoria

---

Transações com partes relacionadas

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia transaciona com partes relacionadas em transações relevantes de compra e venda de produtos e/ou matérias primas. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- (i) Trata-se de transações com parte relacionada sob controle comum; e
- (ii) Nas normas contábeis em vigor não há determinação ou guia específico para contabilização de transações entre entidades sob controle comum.

---

Resposta da auditoria ao assunto

---

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) A avaliação do desenho das atividades de controles internos relacionadas a transações com partes relacionadas e divulgação;
- (ii) Entendimento dos critérios e premissas adotadas pela Administração e verificação dos preços praticados com fornecedores e clientes comuns e preços praticados com partes relacionadas;
- (iii) Selecionamos transações de compras e vendas no exercício, com base em amostragem estatística, e confrontamos com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam registros válidos e condizentes com as condições de mercado.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que o reconhecimento das transações com partes relacionadas, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

---

Principal assunto de auditoria

---

Contratos futuros

Para reduzir o risco das oscilações de preços mercado dos seus produtos, o Grupo realiza o monitoramento diário do total de sua exposição por tipo de fertilizante e, eventualmente, realiza operações com futuros para minimizar a posição líquida de estoques de commodities, resultante da posição física dos compromissos futuros de compras e vendas. Estes produtos são facilmente negociáveis e possuem preços cotados no mercado ativo que são divulgados regularmente por agentes de mercado.

Devido à complexidade da valorização dos contratos e constantes oscilações de preços dos produtos, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.

---

Resposta da auditoria ao assunto

---

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) A obtenção do entendimento sobre o fluxo de mensuração e registro das operações de contratos futuros.
- (ii) O entendimento sobre os principais controles internos utilizados pela Administração para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento dos contratos futuros;
- (iii) Exame de transações de compras e vendas futuras, e confronto com a documentação suporte.
- (iv) Confirmação das taxas PTAX do dia de compra e venda, e da data base de 31 de dezembro de 2023;
- (v) Avaliação das divulgações em notas explicativas

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração, reconhecimento e divulgação realizadas estão razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e a sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 22 de março de 2024.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	171.909	156.692	230.668	199.488	Fornecedores	13	175.008	257.281	246.961	373.226
Contas a receber de clientes	4	179.661	347.148	284.009	406.968	Empréstimos e financiamentos	14	609.575	732.124	673.776	732.124
Contratos futuros	5	144.309	248.772	175.718	310.764	Contratos futuros	5	-	-	-	-
Estoques	6	762.998	952.482	1.187.737	1.291.468	Instrumentos financeiros derivativos	25.5	23.122	11.806	40.395	16.782
Tributos a recuperar	7	177.394	120.662	300.974	192.463	Salários, provisões e encargos sociais		19.311	14.349	22.012	17.220
Outros créditos		33.082	98.587	53.361	114.292	Impostos e contribuições a recolher		6.466	2.691	10.801	4.133
Total do ativo circulante		1.469.353	1.924.343	2.232.467	2.515.443	Dividendos a pagar		825	825	825	825
Ativo mantido para venda	10	-	-	30.000	30.000	Adiantamentos de clientes	19	359.064	574.236	429.998	655.843
ATIVO NÃO CIRCULANTE						Arrendamento mercantil	15	-	-	716	839
Aplicações financeiras	3	17.110	6.104	17.110	6.104	Outras contas a pagar		2.454	12.826	2.899	13.912
Contas a receber de clientes	5	10.089	9.862	10.089	9.862	Total do passivo circulante		1.195.825	1.606.138	1.428.383	1.814.904
Partes relacionadas	17	556	159.581	3.705	556	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	7	19.311	41.998	19.327	61.183	Fornecedores	13	-	-	-	12.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	103.877	43.782	200.024	82.482	Empréstimos e financiamentos	14	458.637	325.894	458.637	325.894
Depósitos judiciais	18	166	226	644	436	Partes relacionadas	17	319.323	358.353	1.239.276	890.250
Outros créditos		102	-	2.931	2.830	Arrendamento mercantil	15	-	-	-	942
Investimento em controlada	8	362.663	236.791	-	-	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	40.195	39.858	65.099	63.332
Propriedade para investimento	9	1.624	1.624	1.624	1.624	Total do passivo não circulante		818.155	724.105	1.763.012	1.293.074
Ativo de direitos de uso	15	-	-	554	1.537	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	11	443.916	341.947	895.954	638.592	Capital social	20	304.906	304.906	304.906	304.906
Intangível	12	5.163	3.720	196.916	197.064	Ajustes de avaliação patrimonial		8.283	8.558	8.283	8.558
Total do ativo não circulante		964.577	845.635	1.348.878	1.002.270	Reserva de lucros		106.761	126.271	106.761	126.271
TOTAL DO ATIVO		2.433.930	2.769.978	3.611.345	3.547.713	Total do patrimônio líquido		419.950	439.735	419.950	439.735
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.433.930	2.769.978	3.611.345	3.547.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$ - exceto o resultado básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	5.290.320	6.105.532	6.764.521	7.789.008
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	22	(4.914.775)	(5.550.355)	(6.375.401)	(7.236.959)
LUCRO BRUTO		375.545	555.177	389.120	552.049
RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas comerciais	22	(66.304)	(26.604)	(67.279)	(27.289)
Despesas gerais e administrativas	22	(33.393)	(45.680)	(36.678)	(49.011)
Honorários da Administração	17 e 22	(7.597)	(9.177)	(7.597)	(9.177)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	(3.709)	(33.838)	(7.214)	(57.984)
Resultado de equivalência patrimonial	8	5.873	21.828	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		270.415	461.706	270.352	408.588
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	50.393	24.447	61.104	30.698
Despesas financeiras	23	(302.421)	(176.973)	(367.026)	(211.740)
Variação cambial	23	(98.266)	(169.897)	(101.756)	(116.569)
Total do resultado financeiro		(350.294)	(322.423)	(407.678)	(297.611)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(79.879)	139.283	(137.326)	110.977
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	16	-	17.958	-	35.335
Diferido	16	60.094	(49.182)	117.541	(38.253)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(19.785)	108.059	(19.785)	108.059
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		(8,09)	44,17		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(19.786)	108.059	(19.786)	108.059
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(19.786)</u>	<u>108.059</u>	<u>(19.786)</u>	<u>108.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros (Incentivos fiscais)	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	304.906	8.835	17.935	-	331.676
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(277)	-	277	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	108.059	108.059
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	108.336	(108.336)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>304.906</u>	<u>8.558</u>	<u>126.271</u>	<u>-</u>	<u>439.735</u>
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(275)	-	275	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(19.785)	(19.785)
Reversão de reserva para absorção do prejuízo do exercício	-	-	(19.510)	19.510	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>304.906</u>	<u>8.283</u>	<u>106.761</u>	<u>-</u>	<u>419.950</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(19.785)	108.059	(19.785)	108.059
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11 e 12	28.645	16.762	38.172	24.145
Valor justo dos estoques e dos compromissos	22	44.799	(145.517)	29.190	(130.309)
Amortização de direitos de uso	15	-	639	572	1.231
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	8 e 22	3.026	-	3.027	3.026
Amortização dos custos de captação	14	2.108	1.028	2.108	1.028
Resultado de equivalência patrimonial	8	(8.898)	(21.828)	-	-
Ajuste a valor presente, líquido		1.194	56.770	2.693	79.367
Juros e variações monetárias sobre partes relacionadas	17	-	(25.476)	-	(76.407)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14	101.142	60.984	107.726	65.219
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	15 e 23	-	69	141	277
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	22 e 24.5	11.316	229.162	23.613	234.456
Resultado na baixa de ativo imobilizado e direito de uso		5.375	8.268	20.183	8.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(60.094)	49.182	(117.541)	38.253
Constituição (reversão) de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	4 e 22	12	373	986	1.058
Perdas esperadas em ativo mantido para venda		-	2.276	-	2.276
Constituição (reversão) para perda de outros ativos		-	-	-	580
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	337	14.332	1.767	37.629
Outros		(11.003)	(853)	(11.007)	(886)
<b>Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:</b>					
Contas a receber de clientes		166.054	(165.672)	119.054	(199.825)
Estoques		261.651	280.606	236.388	560.824
Tributos a recuperar		(34.045)	(37.588)	(66.654)	(87.090)
Depósitos judiciais		60	44	(208)	44
Outros créditos		65.402	(68.630)	60.828	(82.015)
Fornecedores		(94.777)	116.871	(165.720)	134.013
Salários, provisões e encargos sociais		4.962	1.098	4.792	1.098
Impostos e contribuições a recolher		3.775	(14.993)	6.668	(14.993)
Adiantamentos de clientes		(215.172)	140.673	(225.845)	133.159
Contas a receber (pagar) de Partes relacionadas		119.995	(643.681)	345.876	(686.424)
Outras contas a pagar		(10.373)	9.859	(11.014)	4.933
Juros pagos		(135.349)	(55.692)	(138.838)	(60.788)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>230.357</b>	<b>(82.875)</b>	<b>247.172</b>	<b>100.319</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Adições ao ativo imobilizado	11	(134.359)	(185.781)	(315.513)	(303.020)
Adições ao intangível	12	(3.074)	(1.661)	(3.084)	(1.713)
Investimentos em controladas		(120.000)	-	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(257.433)</b>	<b>(187.442)</b>	<b>(318.597)</b>	<b>(304.733)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Instrumentos financeiros derivativos liquidados	24.5	-	(231.381)	-	(231.699)
Captação de empréstimos e financiamentos	14	826.582	641.863	887.689	641.863
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(784.289)	(17.527)	(784.289)	(54.918)
Pagamento de arrendamento mercantil		-	(671)	(795)	(1.479)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>42.293</b>	<b>392.284</b>	<b>102.605</b>	<b>353.767</b>
<b>AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>15.217</b>	<b>121.967</b>	<b>31.180</b>	<b>149.353</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	156.692	34.725	199.488	50.135
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	171.909	156.692	230.668	199.488
<b>AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>15.217</b>	<b>121.967</b>	<b>31.180</b>	<b>149.353</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída como uma sociedade por ações de capital fechado, a Cibrafertil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia" ou "Grupo") está localizada no COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), município de Camaçari, estado da Bahia, e tem por objeto social a produção, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos, desenvolvimento de atividades de mineração em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentadas são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e abrangem a Companhia e sua subsidiária integral Agro Industrial São Luiz Ltda. ("Investida", "Controlada" ou "Agro Industrial").

A Agro Industrial São Luiz Ltda. é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujo principal objetivo é a comercialização, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos. As formulações dos seus compostos variam dependendo da necessidade de cada cliente, região e cultura. Suas atividades preponderantes consistem na mistura e comercialização de fertilizantes minerais ou químicos e na prestação de serviços de transporte.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e também com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*".

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e estoques de fertilizantes, os quais são mensurados pelo valor justo.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado.

### 2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

#### a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia e sua controlada. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações financeiras anuais consolidadas.

#### b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis materiais.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras anuais da Companhia e sua controlada.

ii. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.

A Administração determinou que a Companhia e sua controlada não estão dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

c) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.6. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

2.7. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e de sua controlada, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia anualmente efetua o teste de recuperação de seus ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável dos ativos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para o período de 10 anos.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível: a Companhia e sua controlada revisam anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis deles.
- (iii) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa: referidas perdas esperadas são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração, aumento no volume de vendas de fertilizantes, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

## 2.8. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

A Empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com a controlada são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessa controlada e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.



## 2.9. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia e sua controlada mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Custo amortizado: contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e adiantamentos de clientes.
- Valor justo por meio de resultado: instrumentos financeiros derivativos, contratos futuros e caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia e sua controlada avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

### Derivativos

A Companhia e sua controlada detém instrumentos financeiros derivativos para se proteger de riscos relativos a variações de moedas estrangeiras. A Companhia e sua controlada não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, bem como não realiza operações envolvendo os chamados "derivativos exóticos".

Como gestão da sua política de proteção, a Companhia e sua controlada utiliza instrumentos financeiros derivativos ("Non-Deliverable Forward - NDFs" e "swaps" cambiais) com o objetivo das obrigações com fornecedores estrangeiros e dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e, para tanto, contrata operações nos mercados futuros para proteção das oscilações no valor justo das operações realizadas em moeda estrangeira.

O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e/ou associada à mitigação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas "versus" as condições vigentes no mercado.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de sua controlada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

#### 2.10. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 2.11. Contas a receber de clientes

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

#### 2.12. Estoques e contratos futuros

Os estoques de fertilizantes (*commodities*) comercializados pela Companhia e sua controlada são avaliados pelo valor justo. Para reduzir o risco de preços causados pelas oscilações do mercado, e conforme Política de Risco do Grupo, a Companhia realiza o monitoramento diário do total de sua exposição por tipo de fertilizante e, eventualmente, o Grupo realiza operações com futuros para minimizar a posição líquida de estoques de *commodities*, resultante da posição física dos compromissos futuros de compras e vendas. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado como um componente do custo dos produtos vendidos. Estes produtos são facilmente negociáveis e possuem preços cotados no mercado ativo que são divulgados regularmente por agentes de mercado.

Ganhos não realizados nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Companhia como recebíveis. Perdas não realizadas nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Empresa como contas a pagar.

O estoque de fertilizantes industrializados pela Companhia e os demais estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, transformação, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os valores desses estoques contabilizados não excedem ao seu valor realizável líquido de mercado. O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

#### 2.13. Propriedade para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedade para investimento" está valorizado pelo custo de aquisição dos investimentos realizados em terras pela Companhia.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do terreno (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

#### 2.14. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído (para os bens adquiridos até 2009), incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como gastos com manutenções relevantes, à medida que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

Em virtude da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência das práticas brasileiras às internacionais, na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia procedeu à avaliação de parte de seus ativos pelo custo atribuído ("deemed cost") conforme facultado pela interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 (R1) e 43 (R1). Os efeitos da atribuição do novo custo dos ativos mencionados tiveram como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, já deduzidos os efeitos fiscais estimados.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" no resultado.

As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas a seguir, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

<u>Natureza do ativo</u>	<u>Vida útil em anos</u>
Edificações	25
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

#### 2.15. Direito de uso e arrendamento mercantil

A Companhia avalia se uma operação é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento ou pela sua taxa incremental de captação, quando a primeira não puder ser prontamente determinada.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

#### 2.16. Ativo intangível

Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados pelo ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

#### 2.17. Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

#### 2.18. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

#### 2.19. Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.20. Empréstimos e financiamentos

São inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que, na data do vencimento, o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### 2.21. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (ver nota explicativa nº 18).

#### 2.22. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

#### 2.23. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos de clientes (venda de fertilizantes) e de partes relacionadas (importações de matéria-prima) foram calculados considerando o prazo de vencimento das faturas, utilizando, para o saldo de clientes e partes relacionadas a taxa de juros Certificado de Depósitos Interbancários – CDI. A taxa utilizada pela Companhia é compatível com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

#### 2.24. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

## 2.25. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

### Âmbito estadual

O Convênio ICMS nº 26/21 promoveu uma mudança no benefício fiscal previsto no Convênio nº 100/97, que facultava aos Estados a concessão de isenção do imposto nas operações internas e importação, assim como previa a redução da base de cálculo nas operações interestaduais.

Em 2023, as operações internas e importação de matérias-primas passou a ser tributada em 2%. Da mesma forma, as operações interestaduais tiveram a carga tributária reduzida para 4,45% e 6,2%.

No Estado da Bahia, a Companhia possui unidades fabris em Camaçari e Candeias e um depósito fechado em Luis Eduardo Magalhães. Diferente dos demais Estados onde a Cibra atua, o Estado da Bahia já incorporou ao Regulamento do ICMS a carga tributária de 4% para a operação interna e importação. As unidades de Camaçari e Candeias usufruem do Programa DESENVOLVE que concede desconto de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS.

Na unidade localizada no município de Rio Grande/RS, foi homologado o saldo credor de ICMS, utilizado para compensação do ICMS-Importação.

No Mato Grosso, a Companhia possui unidades em Rondonópolis e SINOP, que possuem o benefício do Diferimento do ICMS nas operações internas, devendo para isso deixar de apropriar os créditos das compras.

### Âmbito federal

A Companhia goza, no estado da Bahia, de benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, para o período de 10 anos a contar da data de sua concessão, obtidos da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Esse benefício é registrado como receita no resultado durante o período necessário para confrontar a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de lucros.

## 2.26. Tributação

### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável do exercício, com elaboração de balanço anual ajustado pelas adições e exclusões admitidas, quando necessário, de acordo com a legislação tributária brasileira, às alíquotas de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos diferidos foram reconhecidos e gerados pelas diferenças temporárias e prejuízo fiscal existentes, tendo sido considerada a capacidade de sua realização. Os tributos relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e não no resultado.

#### PIS e COFINS

A Companhia apura o PIS e a COFINS pelo regime não cumulativo. Contudo, as receitas de venda não são tributadas, pois na venda de adubos ou fertilizantes a alíquota está reduzida a zero, conforme Lei nº 10.925/04 e Decreto nº 5.630.

A Companhia, além de ter receitas com a incidência de alíquotas de PIS e COFINS reduzidas a zero, também possui outras receitas, tributadas pelo regime não cumulativo pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota combinada de 9,25%.

Adicionalmente, com a edição do Decreto nº 8.426/15, o Governo Federal reestabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime não-cumulativo. Assim, a partir de 1º de julho de 2015, as receitas financeiras auferidas pela Companhia e sua controlada, anteriormente beneficiadas com alíquota zero, passam a estar sujeitas à incidência do PIS e da COFINS às alíquotas de 0,65% e 4,00% respectivamente.

#### ICMS

O Convênio ICMS nº 26/21 promoveu uma mudança no benefício fiscal previsto no Convênio nº 100/97, que facultava aos Estados a concessão de isenção do imposto nas operações internas e Importação e previa a redução da base de cálculo nas operações interestaduais.

Com isso, a partir de janeiro de 2022, as operações internas e importação passaram a ser tributadas de forma que a carga tributária seja 1%, sendo este percentual aumentado anualmente, de modo que em 2025 a carga tributária na operação interna e importação seja de 4%. Da mesma forma, as operações interestaduais passaram a ter a carga tributária reduzida anualmente, de modo que em 2025 a carga tributária sobre essas operações seja de 4%.

#### 2.27. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TG 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

#### 2.28. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações potenciais diluidoras.



## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	1.173	42.672	1.592	45.585
Aplicações financeiras	187.846	120.124	246.186	160.007
	<u>189.019</u>	<u>162.796</u>	<u>247.778</u>	<u>205.592</u>
Apresentados como:				
Circulantes	171.909	156.692	230.668	199.488
Não circulantes	17.110	6.104	17.110	6.104
	<u>189.019</u>	<u>162.796</u>	<u>247.878</u>	<u>205.592</u>

As aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 94% do CDI na controladora e 93% do CDI no consolidado.

## 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	201.921	367.975	311.339	430.393
Ajuste a valor presente	(9.284)	(8.090)	(11.906)	(9.214)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.887)</u>	<u>(2.875)</u>	<u>(5.335)</u>	<u>(4.349)</u>
	<u>189.750</u>	<u>357.010</u>	<u>294.098</u>	<u>416.830</u>
Apresentados como:				
Circulantes	179.661	347.148	284.009	406.968
Não circulantes	10.089	9.862	10.089	9.862
	<u>189.750</u>	<u>357.010</u>	<u>294.098</u>	<u>416.830</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	161.070	333.529	260.762	392.438
Vencidas até 30 dias	3.607	7.508	6.003	7.749
Vencidas entre 31 e 120 dias	24.136	5.092	25.706	5.238
Vencidas há mais de 121 dias	3.824	13.756	6.961	15.754
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.887)</u>	<u>(2.875)</u>	<u>(5.335)</u>	<u>(4.349)</u>
	<u>189.750</u>	<u>357.010</u>	<u>294.098</u>	<u>416.830</u>

Não há saldos de contas a receber dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia concluiu pela constituição de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$11 (controladora) e R\$986 (consolidado). Em 31 de dezembro de 2022, concluiu pela constituição de perdas esperadas nos montantes de R\$373 (controladora) e R\$1.058 (consolidado).

A Administração entende que as perdas esperadas de créditos foram constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

## 5. CONTRATOS FUTUROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compromissos firmes de venda (a)	145.356	255.704	175.984	316.371
compromissos firmes de compra (b)	(1.047)	(6.932)	(266)	(5.607)
	<u>144.309</u>	<u>248.772</u>	<u>175.718</u>	<u>310.764</u>

- (a) Refere-se ao valor justo dos compromissos firmes de venda para entrega futura de fertilizantes com efetiva movimentação física, firmados pela Companhia e sua controlada.
- (b) Referem-se a compromissos firmes de compra de fertilizantes para entrega futura mensurados a valor justo. São compromissos pactuados pela Companhia e sua controlada com fornecedores nacionais e internacionais para os quais haverá a efetiva movimentação física.

## 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fertilizantes (a)	783.632	1.036.548	1.200.617	1.409.615
Ajuste de marcação a mercado (b)	(46.748)	(106.412)	(46.350)	(152.205)
Adiantamento a fornecedores (c)	23.169	8.679	24.554	8.588
Outros (d)	2.945	13.667	8.916	25.470
	<u>762.998</u>	<u>952.482</u>	<u>1.187.737</u>	<u>1.291.468</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, R\$39.230 (controladora) e R\$95.451 (consolidado) do saldo total de estoques de fertilizantes representavam "importações em andamento".
- (b) Refere-se a ajuste pela mensuração dos estoques de fertilizantes ao valor justo.

- (c) Representam adiantamentos para fornecedores de materiais diversos.
- (d) São representados, substancialmente, por estoque de embalagens e itens do almoxarifado.

Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
COFINS a recuperar (a)	78.965	61.142	113.902	84.523
PIS a recuperar (a)	19.848	14.057	29.049	20.533
Imposto de renda e contribuição social (b)	59.048	51.272	99.543	90.827
ICMS a recuperar	38.817	36.162	78.357	58.313
Outros impostos a recuperar	27	27	30	30
(-) Provisão para perda	-	-	(580)	(580)
	<u>196.705</u>	<u>162.660</u>	<u>320.301</u>	<u>253.646</u>
Apresentados como:				
Circulante	177.394	120.662	300.974	192.463
Não circulante	19.311	41.998	19.327	61.183
	<u>196.705</u>	<u>162.660</u>	<u>320.301</u>	<u>253.646</u>

- (a) Refere-se a crédito apurado de acordo com as Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.833/03 (COFINS), pela sistemática da não-cumulatividade. A Companhia e sua controlada efetuaram pedidos de restituição de tais créditos tributários no montante de R\$43.871 (controladora) e R\$76.463 (consolidado) e aguardam homologação da Receita Federal.
- (b) Refere-se a imposto retido sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 5.092, saldo negativo de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 49.508 e antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social do exercício corrente no montante de R\$ 4.448, que serão compensados no exercício seguinte.

## 8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA (CONTROLADORA)

A composição da conta de investimento está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Agro Industrial São Luiz Ltda.	91.923	(36.974)
Mais-valia do imobilizado	79.139	80.591
Mais-valia do intangível	13.874	15.447
Ágio na aquisição de investimento	<u>177.727</u>	<u>177.727</u>
	<u>362.663</u>	<u>236.791</u>

### Análise de "impairment" do ágio

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a revisão do valor recuperável de ágio utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 11,23%a.a. (31 de dezembro de 2022, 10,18% a.a.). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou provisão para perda do

valor recuperável.

### 8.1. Informações sobre a investida

<u>Data base</u>	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>Participação no capital</u>	<u>Patrimônio líquido da investida</u>	<u>Lucro do exercício</u>
31/12/2022	210.519.784	100%	(36.974)	24.854
31/12/2023	330.519.784	100%	91.923	8.898

### 8.2. Movimentação do investimento

O quadro a seguir demonstra a movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214.963
Resultado de equivalência patrimonial	24.854
Realização de mais valia	<u>(3.026)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	236.791
Aumento de capital	120.000
Resultado de equivalência patrimonial	8.898
Realização de mais valia	<u>(3.026)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>362.663</u>

## 9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia possui terreno localizado no Estado de Mato Grosso/MT, oriundo da consolidação contratual de alienação fiduciária de saldo de contas a receber de clientes. Este terreno pode futuramente ser negociado com outras partes.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Propriedade para investimento	1.624	1.624
	<u>1.624</u>	<u>1.624</u>

Administração da Companhia avaliou o efeito da determinação do valor justo da propriedade para investimento. A avaliação da propriedade para investimento levou em consideração, principalmente, premissas como preço médio do metro quadrado e localização. As análises efetuadas refletem a melhor estimativa da administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo, foi determinado um valor justo no montante de R\$11.909 (R\$5.702, em 31 de dezembro de 2022).

## 10. ATIVO MANTIDO PARA VENDA (CONSOLIDADO)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da controlada da Companhia, alinhado com seu planejamento estratégico e buscando maior eficiência operacional, optou por disponibilizar para venda uma de suas unidades operacionais. Não são esperadas perdas de volume ou redução de performance em função do assunto já que os volumes produzidos na mencionada unidade serão atendidos por outras unidades da controlada e por novos contratos firmados com produção por terceiros. Em 31 de dezembro de 2023, o menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos as despesas de venda, é representado pelo montante de R\$30.000.

## 11. IMOBILIZADO

A seguir demonstramos o mapa de movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Controladora

	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023
<u>Custo</u>									
Terrenos	17.801	-	-	545	18.346	-	-	-	18.346
Edificações e instalações	114.238	-	(6.949)	18.614	125.903	7.496	(1.204)	172.150	304.345
Máquinas e Equipamentos	59.763	49	(2.691)	7.459	64.580	10.969	(5.663)	46.801	116.687
Outros	4.020	2.885	(292)	393	7.006	271	(2.772)	2.484	6.989
Veículos	376	-	-	-	376	-	-	415	791
Adiantamento à fornecedores	20.265	-	(49)	(17.418)	2.798	-	-	(1.925)	873
Perda estimada	(556)	(2.276)	-	-	(2.832)	-	-	-	(2.832)
Imobilizado em andamento	44.545	182.847	(196)	(28.547)	198.649	115.624	-	(219.925)	94.348
Total Custo	<u>260.452</u>	<u>183.505</u>	<u>(10.177)</u>	<u>(18.954)</u>	<u>414.826</u>	<u>132.435</u>	<u>(9.638)</u>	<u>-</u>	<u>537.622</u>
<u>Depreciação</u>									
Edificações e instalações	(23.763)	(4.725)	688	-	(27.800)	(11.292)	357	111	(38.624)
Máquinas e equipamentos	(34.004)	(9.442)	1.125	-	(42.321)	(14.855)	5.460	(111)	(51.827)
Outros	(2.124)	(549)	96	-	(2.577)	(766)	370	-	(2.973)
Veículos	(106)	(75)	-	-	(181)	(101)	-	-	(282)
Total Depreciação	<u>(59.997)</u>	<u>(14.791)</u>	<u>1.909</u>	<u>-</u>	<u>(72.879)</u>	<u>(27.014)</u>	<u>6.187</u>	<u>-</u>	<u>(93.706)</u>
Total Líquido	<u>200.455</u>	<u>168.714</u>	<u>(8.268)</u>	<u>(18.954)</u>	<u>341.947</u>	<u>108.836</u>	<u>(5.377)</u>	<u>-</u>	<u>443.916</u>

Consolidado

	2021	Adições	Baixas	Baixa e amortização da mais valia	Transferências	2022	Adições	Baixas	Baixa e amortização da mais valia	Transferências	2023
<u>Custo</u>											
Terrenos	69.500	-	-	-	(6.862)	62.638	54	-	-	58.083	120.775
Edificações e instalações	191.523	57	(7.022)	(1.234)	34.679	218.003	8.344	(1.451)	(1.368)	179.162	402.690
Máquinas e Equipamentos	79.781	111	(2.718)	(85)	33.675	110.764	15.656	(8.010)	(85)	47.475	165.800
Outros	5.771	2.891	(312)	-	631	8.981	404	(3.120)	-	3.027	9.292
Veículos	1.213	-	-	-	-	1.213	-	(180)	-	415	1.448
Adiantamento à fornecedores	20.265	19.565	(49)	-	(17.470)	22.311	-	-	-	(15.210)	7.101
Perda estimada	(590)	(2.276)	-	-	2.276	(590)	-	-	-	-	(590)
Imobilizado em andamento	135.269	280.396	(196)	-	(95.883)	319.586	275.847	-	-	(274.876)	322.481
<b>Total Custo</b>	<b>502.732</b>	<b>300.744</b>	<b>(10.297)</b>	<b>(1.319)</b>	<b>(48.954)</b>	<b>742.906</b>	<b>300.305</b>	<b>(12.761)</b>	<b>(1.453)</b>	<b>-</b>	<b>1.028.997</b>
<u>Depreciação</u>											
Edificações e instalações	(33.121)	(6.815)	688	-	-	(39.248)	-	-	-	-	(39.248)
Máquinas e equipamentos	(47.821)	(14.505)	1.130	-	-	(61.196)	(11.292)	357	-	111	(72.020)
Outros	(2.512)	(743)	98	-	-	(3.157)	(17.159)	5.494	-	(111)	(14.933)
Veículos	(631)	(82)	-	-	-	(713)	(8.062)	1.933	-	-	(6.842)
<b>Total Depreciação</b>	<b>(84.085)</b>	<b>(22.145)</b>	<b>1.916</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(104.314)</b>	<b>(36.513)</b>	<b>7.784</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(133.043)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>418.647</b>	<b>278.599</b>	<b>(8.381)</b>	<b>(1.319)</b>	<b>(48.954)</b>	<b>638.592</b>	<b>263.792</b>	<b>(4.977)</b>	<b>(1.453)</b>	<b>-</b>	<b>895.954</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada realizou a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada. A Administração também não identificou nenhum indicativo sobre uma possível perda do valor recuperável de seus ativos.

As obras em andamento referem-se, basicamente, a projetos de expansão da Companhia e da sua controlada que incluem a aquisição e construção de novas unidades misturadoras.

## 12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ágio na aquisição de investimento (a)	-	-	177.727	177.727
Ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios (b)	-	-	13.874	15.447
Softwares (c)	5.163	3.720	5.315	3.890
	<u>5.163</u>	<u>3.720</u>	<u>196.916</u>	<u>197.064</u>

- (a) Ágio pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz Ltda., alocado como rentabilidade futura.
- (b) Ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A composição dos valores identificados e respectivas vidas úteis estão demonstradas a seguir:

	2023			2022
	Valor	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo
Carteira de Clientes	27.179	(13.665)	13.514	14.978
Acordo de não competição	1.381	(1.021)	360	469
	<u>28.560</u>	<u>(14.686)</u>	<u>13.874</u>	<u>15.447</u>

- (c) Referem-se principalmente aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software cuja vida útil é de cinco anos (amortização de 20% ao ano).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do intangível (controlada e consolidado), apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.030	199.025
Adições	1.661	1.713
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.676)
Amortização softwares	<u>(1.971)</u>	<u>(1.998)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.720	197.064
Adições	3.074	3.084
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.573)
Amortização softwares	<u>(1.631)</u>	<u>(1.659)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>5.163</u>	<u>196.916</u>

## 13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nacionais	103.213	156.698	171.417	255.426
Estrangeiros	71.795	100.583	75.544	130.456
	<u>175.008</u>	<u>257.281</u>	<u>246.961</u>	<u>385.882</u>
Apresentados como:				
Circulantes	175.008	257.281	246.961	373.226
Não circulantes	-	-	-	12.656
	<u>175.008</u>	<u>257.281</u>	<u>246.961</u>	<u>385.882</u>

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CPR e CCB	R\$	11/2032	195.862	264.916	240.912	264.916
Empréstimo externo	US\$	12/2025	88.053	120.623	88.053	120.623
FINIMP	US\$	12/2023	77.637	278.046	96.788	278.046
NCE e CCE	R\$	09/2024	270.340	165.715	270.340	165.715
Debênture	R\$	05/2025	436.320	175.683	436.320	175.683
Investimento e Capital de Giro	US\$	01/2025	-	53.035	-	53.035
			<u>1.068.212</u>	<u>1.058.018</u>	<u>1.132.413</u>	<u>1.058.018</u>
Classificados em:						
Circulantes			609.575	732.124	673.776	732.124
Não circulantes			458.637	325.894	458.637	325.894
			<u>1.068.212</u>	<u>1.058.018</u>	<u>1.132.413</u>	<u>1.058.018</u>

Termos, características e condições

- CCB – são Cédulas de Crédito Bancário.
- CPR – são Cédulas de Produtor rural, emitida em garantia aos contratos de compra e venda de produtos agrícolas.
- Empréstimo externo – empréstimos em moeda estrangeira que possuem contratos de “swap”.
- FINIMP - são financiamentos para importações que, quando em moeda estrangeira, possuem contratos de “swap”.
- NCE - referem-se a Notas de Crédito à Exportação.
- Debênture – Em 23 de maio de 2022, a Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações através da qual captou R\$175.000 e cujo vencimento é em 23 de maio de 2025. Em 31 de Agosto de 2023, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures lastreadas em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) no valor de R\$300.000.



As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos com terceiros variam de acordo com as linhas de crédito conforme demonstrativo a seguir:

<u>Linha de crédito</u>	<u>Taxas de juros (a.a.)</u>
CPR e CCB	CDI + 2,95% a CDI + 4,5%
Empréstimos externo	CDI + 3,75% a CDI +4,35%
FINIMP	CDI + 2,45% a CDI +5,00%
NCE	CDI + 4,00% a CDI + 5,85%
Debênture	CDI+4,00% a CDI + 4,90%

#### Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	427.293	465.545
Juros e variações monetárias provisionados	60.984	65.219
Captação de empréstimos e financiamentos	641.863	641.863
Amortização de principal	(17.527)	(54.918)
Amortização de juros	(55.623)	(60.719)
Amortização do custo de captação	1.028	1.028
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.058.018	1.058.018
Juros e variações monetárias provisionados	101.142	107.725
Captação de empréstimos e financiamentos	826.582	887.689
Amortização de principal	(784.289)	(784.289)
Amortização de juros	(135.349)	(138.838)
Amortização do custo de captação	2.108	2.108
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.068.212</u>	<u>1.132.413</u>

#### Escalonamento da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2025	175.706	175.706
2026	93.657	93.657
A partir de 2027	189.274	189.274
	<u>458.637</u>	<u>458.637</u>

#### Cláusulas restritivas ("covenants" financeiros)

A Companhia possui algumas operações de empréstimo e financiamento contratadas que contém cláusulas financeiras restritivas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Essas cláusulas restritivas requerem a manutenção de determinados índices financeiros que são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia ou de seu acionista controlador.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada cumpriram adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos contratos vigentes.

#### 15. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

A movimentação do direito de uso e do arrendamento mercantil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

##### Direito de uso – Edificações

	Controladora	Consolidado	Agro
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	986	2.107	1.121
Renegociação	(347)	661	1.008
Amortização	(639)	(1.231)	(592)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	-	1.537	1.537
Renegociação	-	(411)	(411)
Amortização	-	(572)	(572)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	-	554	554

##### Arrendamento mercantil – Edificações

	Controladora	Consolidado	Agro
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	1.201	2.574	1.373
Juros	69	277	208
Renegociações	(530)	478	1.008
Pagamentos	(740)	(1.548)	(808)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	-	1.781	1.781
Juros	-	141	141
Renegociações	-	(411)	(411)
Pagamentos	-	(795)	(795)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	-	716	716

Classificados em:

Circulante	-	716	716
Não circulante	-	-	-
Total	-	716	716

A Administração da Companhia reconheceu como passivo o arrendamento mercantil, mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes descontados por meio da taxa média ponderada incremental de empréstimos e financiamentos da Empresa na data da adoção, equivalente a 12,26% a.a.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

## a) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(79.880)	139.283	(137.326)	110.977
Alíquota combinada dos tributos	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota normal	27.159	(47.356)	46.691	(37.732)
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	1.996	8.450	-	-
Amortização da mais-valia	(1.029)	(1.029)	-	-
Variação cambial	6.265	9.425	6.265	9.425
Subvenção para investimento	954	3.463	3.245	5.097
Demais ajustes	700	224	700	2.638
Efeito do benefício da Lei Complementar no 160(*)	-	17.958	-	41.042
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	24.048	-	60.641	-
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído	-	(22.359)	-	(23.388)
<b>Total</b>	<b>60.094</b>	<b>(31.224)</b>	<b>117.541</b>	<b>(2.918)</b>
Corrente	-	17.958	-	35.335
Diferido	60.094	(49.182)	117.541	(38.253)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>60.094</b>	<b>(31.224)</b>	<b>117.541</b>	<b>(2.918)</b>

A Administração da Empresa, assessorada pelos seus consultores jurídicos, decidiu aplicar a Lei Complementar nº 160/17 na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social. A Lei Complementar permite que incentivos fiscais, que são considerados subvenções para investimentos, não sejam computados na determinação do lucro real.

A referida lei estabelece como requisito para obtenção do benefício a necessidade de constituição de reserva de incentivo fiscal, registrada em reserva de lucros, no mesmo montante das subvenções não computadas na apuração do IRPJ e CSLL, conforme disposto no art. 30 da Lei 12.973/2014.

O efeito do benefício na apuração de 2022, monta o total de R\$17.958 na controladora e R\$41.042 no consolidado. Para 2023 não houve efeito de benefício devido ao prejuízo fiscal apurado.

A Empresa decidiu constituir uma provisão para riscos fiscais no mesmo montante do benefício apurado.

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo fiscal diferido</b>				
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	151.671	48.934	244.805	82.519
Valor justo dos estoques e compromissos	(33.171)	(48.403)	(38.417)	(53.910)
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	981	978	1.884	1.479
Custo atribuído - "deemed cost"	(3.956)	(4.099)	(3.956)	(4.099)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	10.166	9.631	10.166	9.631
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.666	13.552	22.133	21.533
Instrumentos financeiros derivativos	7.862	4.014	13.735	5.706
Outros	(43.342)	19.175	(50.326)	19.623
	<b>103.877</b>	<b>43.782</b>	<b>200.024</b>	<b>82.482</b>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa acumulados no montante de R\$2.029.015.

A estimativa de realização dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais é a seguinte:

Consolidado

Ano	2023 (*)
2024	15.010
2025	23.302
Após 2026	161.712
Total	<u>200.024</u>

(\*) O cronograma de realização estimada do imposto de renda e contribuição social diferido não abrange os impostos diferidos ativos e passivos calculados sobre diferenças temporárias, uma vez que estas são realizadas simultaneamente com os ativos e passivos que originaram tais diferenças.

A Administração considera que os ativos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2023 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final de eventos futuros.

## 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 05 (R1). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas, bem como transações durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora				
	Saldos		Transações		
	Ativos	Passivos	Vendas/ (compras)	Ajuste a valor presente	Varição cambial líquida
Cientes (a)	Partes Relacionadas (b)				
Agro Industrial São Luiz Ltda.		(1.568)	91.205	-	-
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada	556		-	-	-
Cibra Trading Inc.		(317.755)	(3.164.423)	(141.957)	41.545
Total em 31 de dezembro de 2023	<u>556</u>	<u>(319.323)</u>	<u>(3.073.218)</u>	<u>(141.957)</u>	<u>41.545</u>
Total em 31 de dezembro de 2022	<u>159.581</u>	<u>(358.353)</u>	<u>(4.089.127)</u>	<u>(73.312)</u>	<u>25.476</u>

	Consolidado				
	Saldos		Transações		
	Ativos	Passivos		Ajuste	Variação
	Cientes	Fornecedores	Vendas/ (compras)	a valor presente	cambial líquida
(a)	(b)				
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada	566	-	-	-	-
Cibra Trading Inc.	-	(1.236.138)	(4.336.421)	(187.856)	91.515
Total em 31 de dezembro de 2023	556	(1.236.138)	(4.336.421)	(187.856)	91.515
Total em 31 de dezembro de 2022	556	(1.480.323)	(4.288.351)	(69.136)	(54.396)

- (a) As transações mantidas na rubrica de clientes referem-se a contas a receber e adiantamentos recebidos referente a venda de matéria-prima e prestação de serviços de industrialização com a controladora, contabilizados conforme CPC 47, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses.
- (b) As transações mantidas na rubrica de partes relacionadas referem-se a compras de fertilizantes no Brasil e no exterior. São registrados ao valor presente conforme CPC 12, e corrigidos à taxa de juros média equivalente a 100% do CDI, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses.

#### Honorários da Administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente, diretor financeiro, diretor de operações e diretor de recursos humanos.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração dos diretores	(4.618)	(4.170)
Encargos sociais dos diretores	(1.526)	(1.397)
Participação nos resultados	-	(3.043)
Previdência e outros benefícios	(1.453)	(567)
	<u>(7.597)</u>	<u>(9.177)</u>

Os referidos montantes estão registrados na rubrica "Honorários da Administração". Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos e não possuem benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contingências fiscais e cíveis	39.417	39.417	62.847	62.696
Contingências trabalhistas	778	441	2.252	636
	<u>40.195</u>	<u>39.858</u>	<u>65.099</u>	<u>63.332</u>

Em 31 de dezembro de 2023 as causas cujo prognóstico de perda foi classificado como provável montavam R\$ 40.195 na controladora (31 de dezembro de 2022, R\$ 39.858) e R\$ 65.099 no consolidado (31 de dezembro de 2022, R\$ 63.332) e se referem a demandas trabalhistas, cíveis e fiscais. Do saldo total provisionado até o exercício, R\$ 39.417 na controladora e R\$ 62.847 no consolidado referem-se a provisões fiscais em função da adoção da Lei Complementar nº 160/17 cujo benefício constituído e pleiteado monta o mesmo valor (ver nota explicativa nº 15).

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era parte em processos administrativos, trabalhistas e cíveis, os quais possuíam expectativas de perda consideradas possíveis, nos montantes de R\$ 61.632 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 3.968), na controladora, R\$ 113.208 no consolidado (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 37.749), de acordo o posicionamento de seus assessores jurídicos. Para estes processos não foi reconhecida qualquer provisão contábil naquela data.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de depósito judicial é composto como segue:

Natureza dos depósitos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	166	208	613	387
Outros	-	18	31	49
	<u>166</u>	<u>226</u>	<u>644</u>	<u>436</u>

## 19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Refere-se a adiantamentos realizados por clientes, visando garantir o preço e entrega dos produtos para safras vindouras, sendo na controladora o montante de R\$359.064 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$574.236) e no consolidado R\$429.998 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$655.843).

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas.

### Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

### Natureza e propósito das reservas

#### Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de incentivo fiscal

Refere-se a incentivo fiscal de imposto de renda sobre o lucro da exploração. O imposto de renda é contabilizado incluindo a parcela de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente à redução desse tributo registrado a crédito do resultado do exercício e a débito na conta de impostos a pagar. Quando da apuração do resultado, o montante correspondente ao incentivo é transferido da rubrica "Lucros acumulados" para a conta específica de "Reserva de lucros - incentivos fiscais", no patrimônio líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, todo o lucro líquido da Companhia foi utilizado para constituir a Reserva de incentivo fiscal.

### Ajustes de avaliação patrimonial

Durante o exercício de 2010, a Companhia, através de especialistas contratados, procedeu a avaliação de seus terrenos e edificações atribuindo a elas um novo custo e uma nova vida útil, conforme facultado na interpretação técnica ICPC 10. O efeito dessa avaliação à época foi reconhecido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, deduzido dos efeitos tributários futuros, sendo a realização dessa reserva efetuada à medida que os bens sejam depreciados e/ou alienados.

### Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há dividendos declarados.

## 21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas	5.448.803	6.279.631	6.968.342	7.994.755
ICMS incidente sobre vendas	(85.470)	(91.520)	(89.460)	(96.168)
Devoluções e abatimentos concedidos	(47.163)	(59.554)	(80.109)	(81.756)
Outras deduções	(25.850)	(23.025)	(34.252)	(27.823)
	<u>5.290.320</u>	<u>6.105.532</u>	<u>6.764.521</u>	<u>7.789.008</u>

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, vendeu 2.188.176 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2022, 1.631.096 toneladas). No consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram vendidas 2.935.037 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2022, 2.065.828 toneladas).

Subvenções governamentais - ICMS

- (i) A Companhia usufrui de incentivo denominado "ICMS - Desenvolve" que dilata o prazo de pagamento de parte do imposto devido, mas concede desconto se pago à vista. A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi de R\$2.813 (31 de dezembro de 2022, R\$9.630). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.
- (ii) A Companhia e sua controlada usufruem de incentivo denominado de "Crédito Presumido" que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS no percentual de 75% sobre as vendas interestaduais, cujo montante do benefício foi de R\$6.778 no Consolidado (31 de dezembro de 2022, R\$5.359). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.



## 22. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas	(4.257.379)	(5.123.397)	(5.558.189)	(6.639.268)
Marcação a mercado de estoques e contratos futuros	(44.799)	145.517	(29.190)	130.309
Serviços prestados	(178.854)	(204.672)	(230.862)	(246.004)
Pessoal	(117.009)	(111.001)	(141.687)	(130.877)
Fretes	(224.918)	(142.480)	(237.954)	(163.689)
Materiais diversos de manutenção	(7.494)	(9.957)	(12.838)	(15.000)
Depreciação e amortização	(28.729)	(25.564)	(39.175)	(33.539)
Embalagens	(23.364)	(53.921)	(53.666)	(89.228)
Impostos e taxas	(62.390)	(38.441)	(86.550)	(42.275)
Viagens	(12.276)	(5.553)	(13.217)	(5.972)
Seguros	(144)	(164)	(227)	(1.197)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(11.601)	(14.170)	(19.424)	(20.625)
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	(1.453)	-	(4.479)	(3.026)
Constituição (reversão) de perda estimada com devedores duvidosos	(11)	(373)	(986)	(1.058)
Constituição (reversão) para perda estimada na realização de outros ativos	(110)	(2.276)	(113)	(2.276)
Perda efetiva de outros ativos	-	-	-	(60)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(337)	(18.209)	(1.766)	(41.506)
Resultado na baixa de ativo imobilizado e mais valia sobre imobilizado	(1.128)	(8.147)	(2.125)	(8.211)
Ganho com vendas de imobilizado	-	289	260	289
Despesas com gás, água e energia	(18.400)	(18.601)	(21.936)	(21.787)
Comissão sobre vendas	(28.174)	(23.605)	(28.174)	(31.922)
Outros (custos e despesas) receitas	(7.208)	(10.929)	(11.871)	(13.498)
	<u>(5.025.778)</u>	<u>(5.665.654)</u>	<u>(6.494.169)</u>	<u>(7.380.420)</u>
Custo dos produtos vendidos	(4.914.775)	(5.550.355)	(6.375.401)	(7.236.961)
Despesas comerciais	(66.304)	(26.604)	(67.279)	(27.289)
Despesas gerais e administrativas	(33.393)	(45.680)	(36.678)	(49.011)
Honorários da administração	(7.597)	(9.177)	(7.597)	(9.178)
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.709)	(33.838)	(7.214)	(57.981)
	<u>(5.025.778)</u>	<u>(5.665.654)</u>	<u>(6.494.169)</u>	<u>(7.380.420)</u>

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de juros	25.956	6.075	30.184	8.628
Ajuste a valor presente	24.297	16.542	30.776	20.081
Outras receitas financeiras	140	1.830	144	1.989
	<u>50.393</u>	<u>24.447</u>	<u>61.104</u>	<u>30.698</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Despesas bancárias e IOF	(6.780)	(8.280)	(7.020)	(11.759)
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	(57)	(69)	(185)	(277)
Ajuste a valor presente	(141.957)	(73.312)	(187.856)	(99.448)
Despesas de Juros	(140.016)	(84.159)	(148.787)	(88.404)
Outras Despesas Financeiras	(6.060)	(11.153)	(13.643)	(11.852)
	<u>(302.421)</u>	<u>(176.973)</u>	<u>(367.026)</u>	<u>(211.740)</u>
<u>Variação cambial</u>				
Instrumento financeiro derivativo - líquido	(127.146)	(229.162)	(183.005)	(234.456)
Variação cambial ativa	111.424	155.756	169.929	239.288
Variação cambial passiva	(82.544)	(96.491)	(88.680)	(121.401)
	<u>(98.266)</u>	<u>(169.897)</u>	<u>(101.756)</u>	<u>(116.569)</u>
Total resultado financeiro	<u>(350.294)</u>	<u>(322.423)</u>	<u>(407.678)</u>	<u>(297.611)</u>

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

## 24.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	171.909	-	171.909	156.692	-	156.692
Aplicações financeiras	17.110	-	17.110	6.104	-	6.104
Contas a receber de clientes	189.751	-	189.751	357.010	-	357.010
Contratos futuros	-	144.309	144.309	-	248.772	248.772
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Total dos ativos	<u>378.770</u>	<u>144.309</u>	<u>523.079</u>	<u>519.806</u>	<u>248.772</u>	<u>768.578</u>
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	175.008	-	175.008	257.281	-	257.281
Empréstimos e financiamentos	1.068.212	-	1.068.212	1.058.018	-	1.058.018
Contratos futuros	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	319.323	-	319.323	358.353	-	358.353
Instrumentos financeiros derivativos	23.122	23.122	46.244	-	11.806	11.806
Total dos passivos	<u>1.585.665</u>	<u>23.122</u>	<u>1.608.787</u>	<u>1.673.652</u>	<u>11.806</u>	<u>1.685.458</u>

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	230.668	-	230.668	199.488	-	199.488
Aplicações financeiras	17.110	-	17.110	6.104	-	6.104
Contas a receber de clientes	294.098	-	294.098	416.830	-	416.831
Contratos futuros	-	175.718	175.718	-	310.764	310.764
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
	<u>541.876</u>	<u>175.718</u>	<u>717.594</u>	<u>622.422</u>	<u>310.764</u>	<u>933.186</u>
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	246.962	-	246.962	385.882	-	385.882
Empréstimos e financiamentos	1.132.413	-	1.132.413	1.058.018	-	1.058.018
Contratos futuros	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	1.239.276	-	1.239.276	890.250	-	890.250
Instrumentos financeiros derivativos	-	40.395	40.395	-	16.782	16.782
Total dos passivos	<u>2.618.651</u>	<u>40.395</u>	<u>2.659.046</u>	<u>2.334.150</u>	<u>16.782</u>	<u>2.350.932</u>

#### 24.2. Valor contábil “versus” valor justo

Para todas as operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil se aproxima do valor de realização/liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese de aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

#### 24.3. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação na taxa de câmbio são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

Os riscos de negócio identificados incluem principalmente:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial decorrente de ativos e de passivos, tais como: estoques, empréstimos, fornecedores no exterior, entre outros.

A política de gestão de riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: câmbio e taxas de juros.

A utilização de derivativos é consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos são utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados pela política da Companhia e gerenciar as exposições que tenham sido identificadas através do processo de identificação e medição de risco. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

##### a) Risco de crédito

A Companhia e sua controlada podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de mercadorias. Para reduzir esse risco, a Companhia concede créditos aos clientes com base na política interna de crédito e cobrança.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	171.909	156.692	230.668	199.488
Aplicações financeiras	17.110	6.104	17.110	6.104
Contas a receber de clientes	189.751	357.010	294.098	416.830
	<u>378.770</u>	<u>519.806</u>	<u>541.876</u>	<u>622.422</u>

Visando minimizar o risco de crédito relacionados a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras com "rating" de risco acima da categoria A. Esses "ratings" foram instituídos pelas agências de risco Fitch Ratings, S&P e Moody's.

#### b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	147.179	-	218.526	-
Empréstimos e financiamentos	609.575	458.637	673.776	458.637
Adiantamentos de clientes	359.064	-	429.998	-
Arrendamento mercantil	1.201	-	2.574	-
	<u>1.117.019</u>	<u>458.637</u>	<u>1.324.874</u>	<u>458.637</u>

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	257.281	-	373.226	12.656
Empréstimos e financiamentos	732.124	325.894	732.124	325.894
Adiantamentos de clientes	574.236	-	655.843	-
Arrendamento mercantil	-	-	839	942
	<u>1.563.641</u>	<u>325.894</u>	<u>1.762.032</u>	<u>339.492</u>

#### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços dos produtos, moedas e nas taxas de juros possam afetar a posição patrimonial e financeira da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## d) Risco de taxas de câmbio

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias-primas importadas, bem como pela captação de empréstimos e financiamentos lastreados em moeda estrangeira (US\$), e contas a receber indexada em dólar. Para medir o impacto econômico de variações cambiais, foram efetuados cenários a seguir em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2023.

## i) Análise de sensibilidade-risco cambial de dólar norte-americano

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

Cotação em 31/12/2023 - R\$4,8413

	Exposição 31/12/2023	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>					
Clientes	161.582	121.187	80.791	201.978	242.373
<u>Passivos indexados</u>					
Empréstimos	(165.690)	(124.268)	(82.845)	(207.113)	(248.535)
Partes relacionadas	(317.755)	(238.316)	(158.878)	(397.194)	(476.633)
Fornecedores externos	(71.795)	(53.846)	(35.898)	(89.744)	(107.693)
Efeito líquido	<u>(393.658)</u>	<u>(295.244)</u>	<u>(196.829)</u>	<u>(492.073)</u>	<u>(590.487)</u>

Consolidado

Cotação em 31/12/2023 - R\$4,8413

	Exposição 31/12/2023	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>					
Clientes	173.425	130.069	86.713	216.781	260.138
<u>Passivos indexados</u>					
Empréstimos	(184.840)	(138.630)	(92.420)	(231.050)	(277.260)
Partes relacionadas	(1.236.138)	(927.104)	(618.069)	(1.545.173)	(1.854.207)
Fornecedores externos	(75.544)	(56.658)	(37.772)	(94.430)	(113.316)
Efeito líquido	<u>(1.323.097)</u>	<u>(992.323)</u>	<u>(661.549)</u>	<u>(1.653.871)</u>	<u>(1.984.646)</u>

## ii) Análise de sensibilidade-taxa de juros

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações das taxas de juros de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

Cotação em 31/12/2023 - R\$4,8413

	Exposição 31/12/2023	Taxa	%	Baixa		Alta	
				-25%	-50%	25%	50%
				<u>Ativos indexados</u>			
Aplicações financeiras	187.845	CDI	11,65%	140.884	93.923	234.806	281.768
<u>Passivos indexados</u>							
Empréstimos e financiamentos	1.068.212	CDI	11,65%	801.159	534.106	1.335.265	1.602.318
Efeito líquido	1.256.057			942.043	628.029	1.570.071	1.884.086

Consolidado

Cotação em 31/12/2023 - R\$4,8413

	Exposição 31/12/2023	Taxa	%	Baixa		Alta	
				-25%	-50%	25%	50%
				<u>Ativos indexados</u>			
Aplicações financeiras	246.185	CDI	11,65%	184.639	123.093	307.731	369.278
<u>Passivos indexados</u>							
Empréstimos e financiamentos	1.132.413	CDI	11,65%	849.310	566.206	1.415.516	1.698.619
Efeito líquido	1.378.598			1.033.949	689.299	1.723.247	2.067.897

## iii) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

Cotação em 31/12/2023 - R\$4,8413

	Exposição 31/12/2023	Baixa		Alta	
		-25%	-50%	25%	50%
		Cotação do dólar	4,8413	3,6310	2,4207
"Hedge/NDF's"	(13.161)	(9.871)	(6.581)	(16.451)	(19.742)
"Swap"	(9.961)	(7.471)	(4.981)	(12.451)	(14.942)
	<u>(23.122)</u>	<u>(17.342)</u>	<u>(11.561)</u>	<u>(28.903)</u>	<u>(34.683)</u>



Consolidado

Cotação em 31/12/2023 - R\$4,8413	Exposição 31/12/2023	Baixa				Alta	
		-25%		-50%		25%	50%
Cotação do dólar	4,8413	3,6310	2,4207	6,0516	7,2620		
"Hedge/NDF's"	(28.061)	(21.046)	(14.031)	(35.076)	(42.092)		
"Swap"	(12.334)	(9.251)	(6.167)	(15.418)	(18.501)		
	(40.395)	(30.296)	(20.198)	(50.494)	(60.593)		

## 24.4. Hierarquia de valor justo

Para o valor justo, mensurado e reconhecido no balanço, a IFRS 7, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, requer a abertura para cada classe de instrumentos financeiros derivativos, bem como o seu valor justo mensurado. Para este fim, o pronunciamento, requer que a Companhia classifique seus instrumentos financeiros derivativos de acordo com as classes demonstradas abaixo, observando a importância e relevância dos "inputs" usados para a mensuração:

- Nível 1: valor justo obtido diretamente por cotações em mercados ativos.
- Nível 2: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na Companhia.

A Companhia evidencia a seguir, os seus respectivos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

Em 31 dezembro 2023

Controladora	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	5	-	-	144.309	144.309
Passivos:					
NDFs	24.5	-	13.161	-	13.161
Swap	24.5	-	9.961	-	9.961
Total		-	23.122	144.309	167.431
<u>Consolidado</u>					
Nota explicativa					
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	5	-	-	175.718	175.718
Passivos:					
NDFs	24.5	-	28.061	-	28.061
Swap	24.5	-	12.334	-	12.334
Total		-	40.395	175.718	216.113

<u>Em 31 dezembro 2022</u>					
<u>Controladora</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	5	-	-	248.772	248.772
Passivos:					
NDFs	24.5	-	4.044	-	4.044
Swap	24.5	-	7.762	-	7.762
Total		<u>-</u>	<u>11.806</u>	<u>248.772</u>	<u>260.578</u>
<u>Consolidado</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	5	-	-	310.764	310.764
Passivos:					
NDFs	24.5	-	9.019	-	9.019
Swap	24.5	-	7.762	-	7.762
Total dos ativos		<u>-</u>	<u>16.781</u>	<u>310.764</u>	<u>327.545</u>

Os instrumentos financeiros, mensurados a valor justo, da Companhia e de sua controlada são agrupados no Nível 2 e Nível 3.

O valor justo do nível 3 é estimado usando informações sobre preços de mercados menos ativos. Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados tanto inputs oriundos de mercados observáveis como não observáveis. Qualificam-se nesse nível os contratos de compra e venda de fertilizantes (commodities), contratos futuros, que são mensurados ao valor justo, mediante utilização de dados de mercado na data de apuração, referentes aos componentes que formam os preços de negociação destas operações.

#### 24.5. Instrumentos financeiros derivativos– NDF e Swap

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e não são utilizados para fins especulativos.

Controladora

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor nocional		Valor justo	Valor nocional		Valor justo
	US\$	R\$		US\$	R\$	
"Swap"	48.558	235.086	(12.334)	77.810	405.990	(7.762)
NDFs	112.000	542.226	(28.061)	101.000	526.988	(4.044)
Total ativo (passivo)			<u>(40.395)</u>			<u>(11.806)</u>

Consolidado

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor nocional		Valor justo	Valor nocional		Valor justo
	US\$	R\$		US\$	R\$	
"Swap"	52.881	256.011	(12.334)	77.810	405.990	(7.762)
NDFs	189.000	915.006	(28.061)	180.000	939.186	(9.020)
Total ativo (passivo)			<u>(40.395)</u>			<u>(16.782)</u>

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando o valor justo desses instrumentos.

Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Marcação a mercado de "swap"	(2.199)	(6.263)	(4.572)	(11.239)
Marcação a mercado de NDFs	(9.118)	8.482	(19.041)	8.482
Perdas (ganhos) realizados líquidos de NDFs	<u>(115.829)</u>	<u>(231.381)</u>	<u>(159.392)</u>	<u>(231.699)</u>
	<u>(127.146)</u>	<u>(229.162)</u>	<u>(183.005)</u>	<u>(234.456)</u>

## 25. SEGUROS

Abaixo demonstramos os seguros atualmente contratados pela Companhia, assim como sua cobertura:

Risco	Cobertura	Vencimento
Risco operacional	R\$80.000	28/06/2024
Responsabilidade civil	R\$10.100	30/04/2024
D&O	R\$28.000	30/04/2024
Transporte internacional	US\$15.000	31/08/2024
Seguro garantia	R\$1.269	10/04/2024

## 26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

### Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2023

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$141.957 (controladora) e R\$187.856 (consolidado).
- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica "direito de uso" e a rubrica de "arrendamento mercantil", no montante de R\$411 (consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 18.

### Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2022

- Reclassificação de unidade da rubrica "imobilizado" para a rubrica "ativo mantido para venda" no montante de R\$30.000 (Consolidado).
- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$73.312 (controladora) e R\$99.448 (consolidado).
- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica "direito de uso" e a rubrica de "arrendamento mercantil", no montante de R\$347 (controladora) e R\$661 (consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 18.

## 27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 22 de março de 2024.